



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1757339 - SP
(2020/0233007-2)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ADILSON DONIZETI MIRA
ADVOGADO : ADILSON DONIZETI MIRA (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de pedido de efeito suspensivo ao agravo interno interposto contra a decisão que rejeitou os embargos de declaração, após outra que não conheceu do agravo em recurso especial interposto por ADILSON DONIZETI MIRA (fls. 241-244).

Requer a parte agravante "o recebimento do presente agravo nos seus efeitos ativo e suspensivo" (fl. 242).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo sem sequer trazer argumento para sustentá-lo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente